



PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026
EDITAL 001/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026
MUNICÍPIO DE BAIANÓPOLIS
INVERSÃO DE FASES

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte escolar, com o fornecimento de veículos, custos com combustível e manutenção da frota contratada, para atender os alunos da rede municipal de ensino e os de classe especial da rede Pública Municipal.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 7.272.720,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/02/2026 às 08:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MODO DE DISPUTA:

A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO, e os lances estão regrados no item específico deste Edital.

**Edital aprovado pela Assessoria Jurídica da
Comissão Permanente de Contratação**

***Serviços de Transporte Escolar da
Rede Municipal.***



O **PREFEITO MUNICIPAL DE BAIANÓPOLIS**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://licitanet.com.br/>, no dia **18 de fevereiro de 2026, às 08 horas e 30 minutos**, podendo as propostas serem enviadas até às 08 horas e 29 minutos do mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte escolar, com o fornecimento de veículos, custos com combustível e manutenção da frota contratada, para atender os alunos da rede municipal de ensino e os de classe especial da rede Pública Municipal.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.2.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.2.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.2.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.2.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.2.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse



próprio.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. A licitação será processada em 02 (duas) fases distintas: NA 1ª FASE SERÃO CONFERIDOS INICIALMENTE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE TODAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES DO REFERIDO CERTAME.

3.2. Considerando o Art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 que permite a inversão das fases, desde que justificada no processo licitatório e os princípios da Eficiência e da Economicidade (Art. 5º, Lei 14.133/2021) que fundamentam a opção pela inversão sempre que houver benefícios administrativos ressalta-se que o sistema de inversão de fases adotado nesse processo traz a condição eficiente e necessária de disputa para apenas os concorrentes aptos a executar o processo da contratação. A habilitação prévia da documentação possui um caráter de gerenciamento de riscos. Essa adoção de inversão das fases não causa prejuízos quanto à igualdade de condições, à competitividade, uma vez que o termo de referência estabelece critérios objetivos de habilitação, bem como os valores da contratação são evidenciados por planilhas de composição de custos definidos pela legislação trabalhista, tributária e previdenciária. Ou seja, a administração pública não será onerada com preços acima do praticado no mercado, obtendo preços justos com maior garantia de viabilidade de execução.

3.3. Entre os benefícios da adoção da inversão de fases, a antecipação da habilitação contribui para um ambiente de maior transparência, permitindo que todas as empresas possam competir em condições iguais desde o início. Essa transparência favorece também que todos os participantes estejam cientes dos critérios e requisitos necessários, evitando surpresas na fase de apresentação de propostas. Outra vantagem é a seleção mais criteriosa desde o início, pois o processo seletivo concentra-se na escolha de empresas mais qualificadas. Aquelas que possuem comprovada capacidade técnica e operacional são incentivadas a participar, resultando em uma concorrência de maior qualidade, ou seja, afastando eventuais "aventureiros" que participam apenas da fase de lances, diminuindo sobremaneira os preços. A escolha de fornecedores qualificados desde o início também contribui para a continuidade e eficiência dos serviços, evitando interrupções indesejadas.

3.4.1 Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, PDF'S originais dos órgãos emissores em formato "PDF". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei 14.133/2021).

3.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.6. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento do valor equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

3.7. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

3.7.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

3.7.2. seguro-garantia;

3.7.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



3.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após julgamento de Habilitação.

3.9. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública;

3.10. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.10.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

3.10.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 11.2, deste edital.

3.10.3. Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

3.11. Eventuais outros documentos complementares à proposta, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados através do portal do Pregão Banrisul no prazo máximo de 02 horas e 30 minutos a contar da solicitação.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta é de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do serviço ofertado, com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. As condições estabelecidas no item 4.2 devem ser obedecidas para as propostas iniciais e finais anexadas na plataforma do Pregão.

4.4 O pregoeiro diante da ciência que o produto ou serviço ofertado não corresponde às condições do edital, deverá desclassificar a proposta.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;



b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

b) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

c) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.3 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Qualificação Econômico-Financeira

5.1.4 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

5.1.5 Alvará de Funcionamento no Exercício Vigente;

5.1.6 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

5.1.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.1.8 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

5.1.9 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

5.1.10 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

5.1.11 DA HABILITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

a) Declaração formal de disponibilidade de funcionários e veículos adequados e necessários à



execução dos serviços previstos na presente licitação,

b) Declaração formal de que todos os motoristas a serem utilizados na execução contratual estão devidamente habilitados ao transporte escolar, que possuem a habilitação mínima exigida e cursos necessários para o cargo, e apresentação de negativa de antecedentes criminais do candidato e que a empresa mantém o vínculo empregatício devidamente registrado, assim com a regularidade nos encargos trabalhistas. Deverão ser comprovadas as exigências deste item até a data da assinatura do contrato;

c) Declaração formal de disponibilidade de veículos adequados e necessários à prestação dos serviços da presente licitação, e vinculação ao futuro contrato, sob as penas da lei e do termo de contrato, informando que os mesmos se encontram em boas condições de uso, segurança e conforto, observando a idade máxima de 15 anos para Micro Onibus e 10 anos para Van.

d) Caso os veículos não sejam de propriedade da licitante, deverá ser anexado o compromisso hábil entre a licitante e o vendedor, ou cedente, arrendante ou locador, com firma reconhecida, em que conste declaração formal das partes, de que os veículos estarão disponíveis e vinculados ao futuro contrato decorrente desta licitação, sob as penas cabíveis.

5.1.2 DAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

a) declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

c) declaração de pleno conhecimento e aceitação das condições do edital e seus anexos;

d) declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente;

e) declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação;

f) declaração de responsabilidade quanto à veracidade das informações prestadas;

g) declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando aplicável;

h) declaração de cumprimento das exigências de sustentabilidade ambiental, quando aplicável;

i) declaração de que a empresa não possui, em seu quadro societário, diretivo ou funcional, servidor público ou agente político da Administração Pública contratante, nem possui cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

• **A avaliação prévia das estradas é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das**



08:00:00 horas às 15:00:00 horas.

- A vistoria poderá ser realizada até o dia 10/02/2026;
- O agendamento da visita poderá ser realizado por e-mail: ou telefone (77) 99919-6457

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

- Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
 - Da vistoria será lavrado “DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA”, pelo servidor indicado pela administração.
- * Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar “DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA” assinada pelo responsável da empresa acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações

Qualificação Técnica

5.4 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas De direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.4.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

5.4.2 Fornecedor de **SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR**;

5.4.3 O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.4.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação Da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6 VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução da ata de registro de preços e/ou contrato, direta ou indiretamente:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato, ou



que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2 O impedimento de que trata a alínea "a" do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3 Durante a vigência da ata de registro de preços e/ou contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

7 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2 O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3 A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4 Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8 CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.



8.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais;
- c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

8.3 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.4 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.5 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.6.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 0,5%, que incidirá no último lance ofertados pelo fornecedor;

8.6.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9 MODO DE DISPUTA

9.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2 A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá



sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.6 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico pelo pregoeiro.

10 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.2.2 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

10.1.4. O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2 Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11 NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO



11.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

11.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12 VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1 e 5.2, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2 A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.4. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.3 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13 RECURSO

13.1 Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso no prazo de 10 minutos, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

13.2 Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.



13.3 Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

13.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.3. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

15 CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1 Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de 05 dias, assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

15.2 Para a assinatura do contrato, no mesmo prazo do item 15.1, deverão ser comprovadas as condições de habilitação consignadas no edital, mediante a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas.

15.3. As certidões referidas nos item 5.1.3 e 5.1.4, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

15.4. O prazo de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

15.5. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.

15.6. A não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, no prazo do item 14.1, será equiparada a uma recusa injustificada à contratação.

16 VIGÊNCIA

O termo inicial será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 12 meses contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

17.1 Para recebimento do objeto, a contratada deverá fornecer o diário de bordo com as quilometragens diárias percorridas, assim como a nota fiscal de prestação de serviços.



18 PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura após o recebimento dos itens, correndo a despesa na dotação orçamentária do orçamento vigente.

18.2 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18.3 O pagamento será efetuado 10 dias após a emissão da nota fiscal e a entrega do material.

18.4 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

19 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão eletrônico ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de atender aos requisitos de habilitação: multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) deixar de apresentar os originais ou cópias autenticadas da documentação de habilitação para fins de assinatura do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- d) executar a ata de registro de preços com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado da ata de registro de preços;
- e) inexecução total da ata de registro de preços: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 20% sobre o valor atualizado da ata de registro de preços assinada;

19.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada.

19.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



20 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte e-mail: licitacao@baianopolis.ba.gov.br

20.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

21.2 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

21.3 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

21.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Baianópolis/BA para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Baianópolis/BA, 03 de fevereiro de 2026.

WEUBE FEBRÔNIO DOS SANTOS
Prefeito Municipal



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação:

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte escolar, com o fornecimento de veículos, custos com combustível e manutenção da frota contratada, para atender os alunos da rede municipal de ensino e os de classe especial da rede Pública Municipal.

O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente, desde que atendido o interesse público e devidamente formalizado por termo aditivo.

NÃO EXISTE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO ITINERARIO. O QUANTITATIVO DE ALUNOS É DE 44(QUARENTA E QUATRO) ALUNOS. ATE A SEDE DO MUNICIPIO RETORNADO AO DESTINO INICIAL.

VEÍCULOS TIPO ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 44(QUARENTA E QUATRO) PASSAGEIROS MAIS O MOTORISTA, OBEDECENDO AOS SEGUINTE PERCURSOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	KM DIA	QTD/ANO	VRL. UNIT	VR.TOTAL
1	TRECHO PONTE DA MUTAMBA-BURITI CORTADO: SAINDO DO BURITI CORTADO 16:40 H; INDO Á PONTE DA MUTAMBA; RETORNANDO E FINALIZANDO BURITI CORTADO 17:00	VESPERTINO	200	8	1600	R\$ 18,50	R\$ 29.600,00
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA- BURITI CORTADO: SAINDO DO BURITI CORTADO 17:40H; INDO Á PONTE DA MUTAMBA; RETONANDO E FINALIZANDO BURITI CORTADO 18:00 H	NOTURNO	200	8	1600	R\$ 18,50	R\$ 29.600,00
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA- BURITI CORTADO: SAINDO DO BURITI CORTADO 12:40H; INDO Á PONTE DA MUTAMBA; RETONANDO E FINALIZANDO BURITI CORTADO 13:00 H	VESPERTINO	200	8	1600	R\$ 18,50	R\$ 29.600,00
2	TRECHO LAGOA CLARA-ASSENTAMENTO: SAINDO DE LAGOA CLARA S 6:00 H; INDO AO ASSENTAMENTO; RETORNANDO E FIANLIZANDO EM LAGOA CLARA 17:00H	VESPERTINO	200	25	5000	R\$ 18,50	R\$ 92.500,00
	TRECHO LAGOA CLARA-ASSENTAMENTO: SAINDO DE LAGOA CLARA S 17:00 H; INDO AO ASSENTAMENTO; RETORNANDO E FIANLIZANDO EM LAGOA CLARA 18:00H	MATUTINO	200	25	5000	R\$ 18,50	R\$ 92.500,00
	TRECHO LAGOA CLARA-ASSENTAMENTO: SAINDO DE LAGOA CLARA 11:5000 H; INDO AO ASSENTAMENTO; RETORNANDO E FIANLIZANDO EM LAGOA CLARA 13:00H	VESPERTINO	200	25	5000	R\$ 18,50	R\$ 92.500,00
3	TRECHO GUAÍRA-LAGOA CLARA: SAINDO DE GUAÍRA 12:30 H; PASSANDO POR QUEIMADO (ZÉ SAPATO); PASSANDO POR MOURÃO; FINALIZANDO EM LAGOA CLARA 13:20 H.	VESPERTINO	200	15	3000	R\$ 18,50	R\$ 55.500,00
	TRECHO GUAÍRA-LAGOA CLARA: SAINDO DA LAGOA CLARA 17:20; PASSANDO POR MOURÃO; PASSANDO POR QUEIMADO (ZÉ SAPATO); PASSANDO POR POÇO;PASSANDO POR RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ MORRO VERMELHO (DIVISA C/ TABOCAS); RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); FINALIZANDO EM GUAÍRA 18:20 H	NOTURNO	200	24	4800	R\$ 18,50	R\$ 88.800,00
	TRECHO GUAÍRA-LAGOA CLARA: SAINDO DA LAGOA CLARA 11:20; PASSANDO POR MOURÃO; PASSANDO POR QUEIMADO (ZÉ SAPATO); PASSANDO POR POÇO;PASSANDO POR RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ SENÉ; RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ SENÉ;RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ MORRO VERMELHO (DIVISA C/TABOCAS); RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO) FINALIZANDO EM GUAÍRA 12:20 H.	VESPERTINO	200	26	5200	R\$ 18,50	R\$ 96.200,00
	TRECHO GUAÍRA-LAGOA CLARA: SAINDO DE GUAÍRA 6:00 H; PASSANDO POR RODEADOR (DÉ PRETO); INDO	MATUTINO	200	26	5200	R\$ 18,50	R\$ 96.200,00



	ATÉ MORRO VERMELHO (DIVISA C/ TABOCAS); RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ SENERETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); PASSANDO POR POÇO; PASSANDO POR QUEIMADO (ZÉ SAPATO);PASSANDO POR MOURÃO; FINALIZANDO EM LAGOA CALRA 7:20.						
4	TRECHO LAGOA-CLARA-CAJUEIRO-MANDACARU: SAINDO DE LAGOA CLARA 11:30 H; INDO A CAJUEIRO; RETORNANDO A MANDACARU 12:30 H	MATUTINO	200	17,5	3500	R\$ 18,50	R\$ 64.750,00
	TRECHO LAGOA-CLARA-CAJUEIRO-MANDACARU: SAINDO DE LAGOA CLARA 17:00 H; INDO A CAJUEIRO; RETORNANDO A MANDACARU 18:00 H	VESPERTINO	200	17,5	3500	R\$ 18,50	R\$ 64.750,00
	TRECHO LAGOA-CLARA-CAJUEIRO-MANDACARU: SAINDO DE LAGOA CLARA 12:30 H; INDO A CAJUEIRO; RETORNANDO A MANDACARU 13:10 H	VESPERTINO	200	17,5	3500	R\$ 18,50	R\$ 64.750,00
	TRECHO MANDACARU-CAJUEIRO: SAINDO DE MANDACARU 6:00H; INDO AO CAJUEIRO; RETORNANDO A LAGOA CLARA 7:10H	MATUTINO	200	17,5	3500	R\$ 18,50	R\$ 64.750,00
5	TRECHO SAPÉ- VEREDA DO SAPE: SAINDO DO COLEGIO DO SAPÉ 17:30 H; SAINDO PROX. A CASA DO DITO (SAÍDA P/ MARIKITA); RETORNANDO POR SAPÉ; PASSANDO PELA CASA DO PEDRO DA PINGA; INDO A CASA DA MARIALVA; RETORNANDO E FINALIZANDO NO SAPÉ 18:00 H	NOTURNO	200	17	3400	R\$ 18,50	R\$ 62.900,00
	TRECHO SAPÉ- VEREDA DO SAPE: SAINDO DO COLEGIO DO SAPÉ 11:30 H; INDO A CASA DO ZÉ CASSIANO (SAÍDA PARA MARIKITA); RETORNANDO POR SAPÉ; PASSANDO PELA CASA DO PEDRO DA PINGA; FINALIZANDO NO CASA DO FLORIANO 12:20 H	MATUTINO	200	17,5	3500	R\$ 18,50	R\$ 64.750,00
	TRECHO SAPÉ- VEREDA DO SAPE: SAINDO DA CASA DO FLORIANO 12:30 H; PASSANDO PELA CASA DO PEDRO DA PINGA; INDO A CASA DO ZÉ DO CASSIANO (SAINDO P/ MARIKITA); RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DO SAPÉ 13:20 H.	VESPERTINO	200	17,5	3500	R\$ 18,50	R\$ 64.750,00
	TRECHO SAPÉ- VEREDA DO SAPE: SAINDO DO COLEGIO DO SAPÉ 06:20 H; INDO A CASA DO ZÉ CASSIANO (SAÍDA PARA MARIKITA); RETORNANDO POR SAPÉ; PASSANDO PELA CASA DO PEDRO DA PINGA; INDO A CASA DO FLORIANO; RETORNALIZANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DO SAPÉ 7:10 H.	MATUTINO	200	24,5	4900	R\$ 18,50	R\$ 90.650,00
6	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 12:30H; SENTIDO A GUAÍRA;RETORNANDO POR SENÉ; PASSANDO POR DÉ PRETO; CHEGANDO EM MORRO VERMELHO; INDO ATÉ A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO MORRO VERNELHO 13:00 H.	VESPERTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DO RODEADOR 06:30 H; SENTIDO A GUAÍRA; RETORNANDO POR SENÉ;PASSANDO POR DE PRETO;CHEGANDO EM MORRO DE VERMELHO;INDO ATÉ A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DO MORRO VERMELHO 13:00H.	VESPERTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 17:00H; INDO ATE A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO POR DÉ PRETO; PASSANDO POR SENÉ; SENTIDO A GUAÍRA; FINALIZANDO NO RODEADOR 17:30 H.	VESPERTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 11:30H; INDO ATE A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO POR DÉ PRETO; PASSANDO POR SENÉ; SENTIDO A GUAÍRA; FINALIZANDO NO RODEADOR 12:00 H.	MATUTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 17:00H; INDO ATE A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO POR DÉ PRETO; PASSANDO POR SENÉ; SENTIDO A GUAÍRA; FINALIZANDO NO RODEADOR 17:30 H.	VESPERTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 06:30H; PASSANDO POR GUAÍRA; RETORNANDO A RODEADOR; FINALIZANDO EM MORRO VERMELHO 7:00 H	MATUTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00



	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 11:30H; INDO ATE A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO POR DÉ PRETO; PASSANDO POR SENÉ; SENTIDO A GUAÍRA; FINALIZANDO NO RODEADOR 12:00H.	MATUTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DO RODEADOR 06:30 H; SENTIDO A GUAÍRA; RETORNANDO POR SENÉ;PASSANDO POR DE PRETO;CHEGANDO EM MORRO DE VERMELHO;INDO ATÉ A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DO MORRO VERMELHO :00H.	MATUTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 11:30H;PASSANDO POR RODEADOR; INDO PARA GUAÍRA; RETORNALIZANDO E FINALIZANDO EM RODEADOR 12:00H.	VESPERTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 12:30H; SENTIDO A GUAÍRA;RETORNANDO POR SENÉ; PASSANDO POR DÉ PRETO; CHEGANDO EM MORRO VERMELHO; INDO ATÉ A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO MORRO VERMELHO 13:00 H.	VESPERTINO	200	8,5	1700	R\$ 18,50	R\$ 31.450,00
7	TRECHO TÁBUA-PROX. À SUMIDOURO-FOLHA LARGA-BEBEDOURO: SAÍDA DA TÁBUA 11:40H;INDO ATÉ A CASA DO NETINHO CRENTE (PROX. À SUMIDOURO); RETORNANDO POR RENÇÃO; TÁBUA E FOLHA LARGA; PASSANDO DE TÁBUA ATÉ BEBEDOURO; FINALIZANDO EM BEBEDOURO 13:20 H.	VESPERTINO	200	32	6400	R\$ 18,50	R\$ 118.400,00
	TRECHO BEBEDOURO-ROÇA VELHA: SAINDO DO BEBEDOURO 17:00 H; FINALIZANDO EM ROÇA VELHA 17:20H.	VESPERTINO	200	4	800	R\$ 18,50	R\$ 14.800,00
	TRECHO ROÇA VELHA-BEBEDOURO: SAINDO DE ROÇA VELHA 13:00H; FINALIZANDO EM BEBEDOURO 13:20H	VESPERTINO	200	4	800	R\$ 18,50	R\$ 14.800,00
	TRECHO BEBEDOURO-TÁBUA-PROX. À SUMIDOURO-FOLHA LARGA: SAÍDA DE BEBEDOURO 17:00H;PASSANDO POR TÁBUA; INDO ATÉ A CASA DO NETINHO CRENTE(PROX. A SUMIDOURO); RETORNANDO POR REDENÇÃO E TÁBUA; FINALIZANDO EM FOLHA LARGA 19:00 H.	VESPERTINO	200	26	5200	R\$ 18,50	R\$ 96.200,00
	TRECHO TÁBUA-SUMIDOURO-TABUA-SEDE; SAIDA DE TÁBUA ÀS 11:40,PASSANDO POR SUMIDOURO,RETORNANDO POR TÁBUA,CHEGANDO NA SEDE 13:20H.	VESPERTINO	200	40	8000	R\$ 18,50	R\$ 148.000,00
	TRECHO TÁBUA - SUMIDOURO: SAINDO DE TÁBUA 12:10 ,PASSANDO PELO PERNAMBUCO,CHEGANDO EM SUMIDOURO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM TÁBUAS ÀS 13:30.	VESPERTINO	200	21	4200	R\$ 18,50	R\$ 77.700,00
	TRECHO FOLHA LARGA-TÁBUA: SAINDO DA CASA DE MILTON DA DINA ,PASSANDO POR TÁBUA ATÉ PERNAMBUCO (PRÓXIMO A SUMIDOURO) RETORNANDO A TÁBUA.	MATUTINO	200	17	3400	R\$ 18,50	R\$ 62.900,00
8	TRECHO TÁBUA - SUMIDOURO - TÁBUA - SEDE : SAINDO DE TÁBUA ÀS 11:40,PASSANDO POR SUMIDOURO,RETORNANDO POR TÁBUA,CHEGANDO NA SEDE ÀS 13:20.	VESPERTINO	200	40	8000	R\$ 18,50	R\$ 148.000,00
	TRECHO ROÇA VELHA - BEBEDOURO: SAINDO DE ROÇA VEHA ÀS 6:00H,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 6:20H.TRECHO BEBEDOURO - ROÇA VELHA: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 12:30,FINALIZANDO EM ROÇA VELHA. 12:50H.	MATUTINO VESPERTINO	200	8	1600	R\$ 18,50	R\$ 29.600,00
	TRECHO TÁBUA - BEBEDOURO: SAINDO DE TÁBUA ÀS 12:20,INDO A BEBEDOURO RETORNANDO E FINALIZANDO Á TÁBUA 12:40H.	VESPERTINO	200	12,5	2500	R\$ 18,50	R\$ 46.250,00
	TRECHO BEBEDOURO - TÁBUA - PROXIMO A SUMIDOURO - FOLHA LARGA: SAINDO DE BEBEDOURO 17:00H , PASSANDO POR TÁBUA,INDO ATÉ A CASA DO NETINHO (PROXIMO A SUMIDOURO) RETORNANDO POR REDENÇÃO E TÁBUA,FINALIZANDO EM FOLHA LARGA 19H.	VESPERTINO	200	26	5200	R\$ 18,50	R\$ 96.200,00
	TRECHO TÁBUA - SUMIDOURO: SAINDO DE TÁBUA 17:20 ,PASSANDO PELO PERNAMBUCO,CHEGANDO EM	VESPERTINO	200	21	4200	R\$ 18,50	R\$ 77.700,00



	SUMIDOURO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM TÁBUAS ÀS 18:20						
	TRECHO SUMIDOURO A TÁBUA: SAINDO DA CASA DO NETINHO ÀS 5:30H ATÉ TÁBUAS ÀS 7:10H	MATUTINO	200	20	4000	R\$ 18,50	R\$ 74.000,00
	TRECHO TÁBUA - PROXIMO A SUMIDOURO - FOLHA LARGA-BEBEDOURO: SAINDO DE TÁBUA ÀS 11:40, INDO ATÉ A CASA DO NETINHO (PROXIMO A SUMIDOURO) RETORNANDO POR REDENÇÃO ,TÁBUA E FOLHA LARGA,RETORNANDO DA FOLHA LARGA ATÉ TÁBUA,PASSANDO DE TÁBUA ATÉ BEBEDOURO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 13:20H.	VESPERTINO	200	32	6400	R\$ 18,50	R\$ 118.400,00
	TRECHO SEDE-TÁBUA-BRANCO - SUMIDOURO-PERNAMBUCO: SAINDO DA SEDE ÀS 17H,PASSANDO POR TÁBUA,RETORNANDO POR BRANCO,PASSANDO POR PALMEIRA,PASSANDO SUMIDOURO,FINALIZANDO EM PERNAMBUCANO ÀS 19H.	VESPERTINO	200	35	7000	R\$ 18,50	R\$ 129.500,00
	TRECHO TÁBUA - BEBEDOURO: SAINDO DE TÁBUA ÀS 12:20,INDO A BEBEDOURO,RETORNANDO E FINALIZANDO A TÁBUA ÀS 12:40H.TRECHO TÁBUA - BEBEDOURO: SAINDO DE TÁBUA ÀS 06:00H ,INDO A BEBEDOURO,RETORNANDO E FINALIZANDO A TÁBUA ÀS 06:20H.	MATUTINO	200	46,5	9300	R\$ 18,50	R\$ 172.050,00
	TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 06:20H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 07:10H.TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 12:40H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 13:15H.	MATUTINO	200	31,2	6240	R\$ 18,50	R\$ 115.440,00
	TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 11:40H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 12:30H. TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 17:20H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 18:00H.TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 17:30H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 19:00H.	VESPERTINO	200	31,2	6240	R\$ 18,50	R\$ 115.440,00
	TRECHO BEBEDOURO - VÁRZEAS: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 17:30H ,PASSANDO POR ÁGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,PASSANDO POR H ,FINALIZANDO EM VÁRZEAS 19:00H.	VESPERTINO	200	14	2800	R\$ 18,50	R\$ 51.800,00
9	TRECHO SEDE - PONTO DO QUEIJO: SAINDO DA SEDE BAIANÓPOLIS 17:20, PASSANDO NA FAZENDA DE AILTON,PASSANDO NA FAZENDA DO JORGE GERENTE,INDO ATÉ O PONTO DO QUEIJO (BR242),RETORNANDO A SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 18:20.TRECHO SEDE - PONTO DO QUEIJO: SAINDO DA SEDE BAIANÓPOLIS 12:20, PASSANDO NA FAZENDA DE AILTON,PASSANDO NA FAZENDA DO JORGE GERENTE,INDO ATÉ O PONTO DO QUEIJO (BR242),RETORNANDO A SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 13:20.	MATUTINO VESPERTINO	200	102,6	20520	R\$ 18,50	R\$ 379.620,00
	TRECHO SAPÉ-VARZEA GRANDE- SEDE: SAINDO DE SAPÉ 11:40 ,PASSANDO POR VARZEA GRANDE,FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANOPOLIS 13:00H.TRECHO SEDE-VARZEA GRANDE - SAPÉ:SAINDO DE BAIANOPOLIS 17:10,PASSANDO POR VARZEA GRANDE,FINALIZANDO EM SAPÉ ÀS 18:20H.	VESPERTINO	200	57	11400	R\$ 18,50	R\$ 210.900,00
10	TRECHO OLHOS D'ÁGUA - SEDE: SAINDO DE OLHOS D'ÁGUA 11:20,PASSANDO POR BOA ESPERANÇA,CANABRAVA DOS PORTO,MARIA DO JOAO DA LILA,PASSANDO POR CABEÇCEIRA DAS AGUAS CLARAS,BAMBUZAL, EDILSON DO NESTOR, FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 13:20H.	VESPERTINO	200	40	8000	R\$ 18,50	R\$ 148.000,00
	TRECHO OLHOS D'ÁGUA - SEDE: SAINDO DE BAIANOPOLIS 11:40H, PASSANDO POR NESTOR,SUMIDOURO,RETORNANDO POR NESTOR,PASSANDO POR BAMBUZAL,CABECEIRA DE	VESPERTINO	200	40	8000	R\$ 18,50	R\$ 148.000,00



	AGUAS CLARAS,CANABRAVA DOS PORTO,BOA ESPERANÇA,FINALIZANDO EM OLHOS D'ÁGUA.						
	TRECHO OLHOS D'ÁGUA - SEDE: SAINDO DA SEDE DE BAIANÓPOLIS 17:20,PASSANDO POR NESTOR,BAMBUZAL,CABEÇEIRA DAS AGUAS CLARAS,MARIA DO JOÃO DA LILIA,CANABRAVA DOS PORTO,BOA ESPERANÇA,FINALIZANDO EM OLHOS D'ÁGUA ÀS 19:20	NOTURNO	200	40	8000	R\$ 18,50	R\$ 148.000,00
	TRECHO OLHOS D'ÁGUA - SEDE: SAINDO DE OLHOS D'ÁGUA 11:20,PASSANDO POR BOA ESPERANÇA,CANABRAVA DOS PORTO,PASSANDO POR CABEÇEIRA DAS AGUAS CLARAS,BAMBUZAL,SUMIDOURO, EDILSON DO NESTOR, FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 13:20H.	VESPERTINO	200	40	8000	R\$ 18,50	R\$ 148.000,00
11	TRECHO SEDE - MALHADA GRANDE - CABEÇEIRA: SAINDO DA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 11:30,PASSANDO POR CABEÇEIRA,FINALIZANDO EM MALHADA GRANDE (FAZENDA OLINDA) 12:10H. TRECHO SEDE - MALHADA GRANDE - CABEÇEIRA: SAINDO DA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 17:30,PASSANDO POR CABEÇEIRA,FINALIZANDO EM MALHADA GRANDE (FAZENDA OLINDA) 18:10.	VESPERTINO	200	35,2	7040	R\$ 18,50	R\$ 130.240,00
	TRECHO SEDE - MALHADA GRANDE - CABEÇEIRA: SAINDO DE MALHADA GRANDE (FAZENDA OLINDA) ÀS 06:20,PASSANDO POR CABEÇEIRA,FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 07:00H.TRECHO SEDE - MALHADA GRANDE - CABEÇEIRA: SAINDO DE MALHADA GRANDE (FAZENDA OLINDA) ÀS 12:30,PASSANDO POR CABEÇEIRA,FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 13:10H.	MATUTINO	200	35,2	7040	R\$ 18,50	R\$ 130.240,00
12	TRECHO SEDE- CAPIVARA: SAINDO DO COLÉGIO BENEDITO ÀS 17:50H,PASSANDO NAS ESCOLAS DA SEDE,PASSANDO PELO ALTO DA BELA VISTA,INDO A PASSAGEM DE PEDRA 2,INDO A CAPIVARA,RETORNANDO E FINALIZANDO NA SEDE ÀS 18:10.	VESPERTINO	200	20	4000	R\$ 18,50	R\$ 74.000,00
	TRECHO SEDE - CAPIVARA: SAINDO DO COLEGIO BENEDITO ÀS 11:50H,PASSANDO NAS ESCOLAS DA SEDE,PASSANDO PELO ALTO DA BELA VISTA,INDO A PASSAGEM DE PEDRA 1,PASSANDO PELA PASSAGEM DE PEDRA 2,INDO A CAPIVARA,RETORNANDO E FINALIZANDO DA SEDE ÀS 13:10H.	VESPERTINO	200	20	4000	R\$ 18,50	R\$ 74.000,00
	TRECHO SEDE - CAPIVARA: SAINDO DO COLEGIO BENEDITO ÀS 06:00H,PASSANDO NAS ESCOLAS DA SEDE,PASSANDO PELO ALTO DA BELA VISTA,INDO A PASSAGEM DE PEDRA 1,PASSANDO PELA PASSAGEM DE PEDRA 2,INDO A CAPIVARA,RETORNANDO E FINALIZANDO DA SEDE ÀS 07:20H.	MATUTINO	200	20	4000	R\$ 18,50	R\$ 74.000,00
	TRECHO CAPIVARA - BAIANÓPOLIS: SAINDO DE CAPIVARA ÀS 12:30H,PASSANDO PELA PASSAGEM DE PEDRA 2,PASSANDO PELA PASSAGEM DE PEDRA 1,FINALIZANDO NA SEDE ÀS 13:20H.TRECHO CAPIVARA - BAIANÓPOLIS: SAINDO DA SEDE ÀS 16:40H, PASSANDO PELO ALTO DA BELA VISTA,PASSANDO EM PASSAGEM DE PEDRA 1, PASSAGEM DE PEDRA 2 ,INDO A CAPIVARA,RETORNANDO E FINALIZANDO NO ALTO DA BELA VISTA ÀS 18:00H.	VESPERTINO	200	31,3	6260	R\$ 18,50	R\$ 115.810,00
	TRECHO CAPIVARA - BAIANÓPOLIS: SAINDO DO ALTO DA BELA VISTA ÀS 06:00H,PASSANDO EM PASSAGEM DE PEDRA 1, PASSAGEM DE PEDRA 2, INDO A CAPIVARA,RETORNANDO AO ALTO DA BELA VISTA,FINALIZANDO NA SEDE ÀS 07:20H.	MATUTINO	200	17,3	3460	R\$ 18,50	R\$ 64.010,00
	TRECHO VÁRZEA- CALDEIRÃO -LAMARÃO-PONTE DA MUTAMBA-BURITI SECO: SAINDO DE VÁRZEAS ÀS 22:30H, PASSANDO POR CALDEIRÃO,PASSANDO POR LAMARÃO, PONDE DA MUTAMBA,FINALIZANDO EM BURITI SECO ÀS 23:40H.	NOTURNO	200	27,5	5500	R\$ 18,50	R\$ 101.750,00
13	TRECHO VÁRZEA-BRACINHO-CALDEIRÃO-LAMARÃO-PONTE DA MUTAMBA-BURITI SECO: SAINDO DE VÁRZEAS, ÀS 11:40H PASSANDO POR BRACINHO,CALDEIRÃO,LAMARÃO,PONDE DA	VESPERTINO	200	70	14000	R\$ 18,50	R\$ 259.000,00



	MUTABA,FINALIZANDO EM BURITI SECO ÀS 13:30H .TRECHO VÁRZEA-BRACINHO-CALDEIRÃO-LAMARÃO-PONTE DA MUTAMBA-BURITI SECO: SAINDO DE VÁRZEAS, ÀS 17:20H PASSANDO POR BRACINHO,CALDEIRÃO,LAMARÃO,PONDE DA MUTABA,FINALIZANDO EM BURITI SECO ÀS 19:30H.						
	TRECHO BURITI SECO-PONTE DA MUTAMBA-LAMARÃO-CALDEIRÃO-BRACINHO-VÁRZEAS: SAINDO DE BURITI SECO ÀS 05:30H, PASSANDO POR PONTE DA MUTAMBA,PASSANDO POR LAMARÃO,CALDEIRÃO,BRACINHO,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 07:20H.TRECHO BURITI SECO-PONTE DA MUTAMBA-LAMARÃO-CALDEIRÃO-BRACINHO-VÁRZEAS: SAINDO DE BURITI SECO ÀS 11:00H, PASSANDO POR PONTE DA MUTAMBA,PASSANDO POR LAMARÃO,CALDEIRÃO,BRACINHO,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 13:20H.	MATUTINO	200	70	14000	R\$ 18,50	R\$ 259.000,00
	TRECHO BURITI SECO-LAMARÃO- CALDEIRÃO-VÁRZEAS: SAINDO DE BURITI SECO ÀS 17:00HM PASSANDO POR LAMARÃO,CALDEIRÃO,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 19:20H.	MATUTINO	200	22,5	4500	R\$ 18,50	R\$ 83.250,00
14	TRECHO VÁRZEAS - BEBEDOURO II : SAINDO DE VÁRZEAS 17:40H, PASSANDO POR ROÇA VELHA,PASSANDO POR BEBEDOURO,CHEGANDO EM BEBEDOURO II (MANOEL TARAFÁ),RETORNANDO E FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 18:40.TRECHO VÁRZEAS - BEBEDOURO II : SAINDO DE VÁRZEAS 22:00H, PASSANDO POR ROÇA VELHA,PASSANDO POR BEBEDOURO,CHEGANDO EM BEBEDOURO II (MANOEL TARAFÁ),RETORNANDO E FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 23:00H.	VESPERTINO NOTURNO	200	32	6400	R\$ 18,50	R\$ 118.400,00
	TRECHO VÁRZEAS - BEBEDOURO : SAINDO DE VÁRZEAS 22:00H, PASSANDO POR HA,PASSANDO POR BRACINHO,AGUA BOA,FINALIZANDO EM BEBEDOURO ÀS 23H.	NOTURNO	200	14	2800	R\$ 18,50	R\$ 51.800,00
	TRECHO VÁRZEAS - ROÇA VELHA: SAINDO DE VÁRZEAS 06:40H,INDO A ROÇA VELHA ,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 07:00H.TRECHO VÁRZEAS - ROÇA VELHA: SAINDO DE VÁRZEAS 12:00,INDO A ROÇA VELHA ,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 13:00H	MATUTINO VESPERTINO	200	16	3200	R\$ 18,50	R\$ 59.200,00
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA- VÁRZEAS : SAINDO DA PONTE DA MUTAMBA ÀS 06:20,PASSANDO NO COCAL,FINALIZANDO NA VÁRZEAS ÀS 07:10H.TRECHO PONTE DA MUTAMBA- VÁRZEAS : SAINDO DA PONTE DA MUTAMBA ÀS 18:00H,PASSANDO NO COCAL,FINALIZANDO NA VÁRZEAS ÀS 18:50H.	MATUTINO VESPERTINO	200	29	5800	R\$ 18,50	R\$ 107.300,00
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA- VÁRZEAS : SAINDO DA PONTE DA MUTAMBA ÀS 12:30H,PASSANDO NO COCAL,FINALIZANDO NA VÁRZEAS ÀS 13:10H.	VESPERTINO	200	14,5	2900	R\$ 18,50	R\$ 53.650,00
	TRECHO VÁRZEAS - PONTE DA MUTAMBA: SAINDO DE VÁRZEA ÀS 11:40,PASSANDO COCAL,FINALIZANDO NA PONTE DA MUTAMBA ÀS 12:20H.	MATUTINO	200	14,5	2900	R\$ 18,50	R\$ 53.650,00
	TRECHO VÁRZEAS - PONTE DA MUTAMBA: SAINDO DE VÁRZEA ÀS 16:50,PASSANDO COCAL,FINALIZANDO NA PONTE DA MUTAMBA ÀS 17:30H.	VESPERTINO	200	14,5	2900	R\$ 18,50	R\$ 53.650,00
	TRECHO VÁRZEAS - PONTE DA MUTAMBA: SAINDO DE VÁRZEA ÀS 22:00,PASSANDO COCAL,FINALIZANDO NA PONTE DA MUTAMBA ÀS 22:40H.	NOTURNO	200	14,5	2900	R\$ 18,50	R\$ 53.650,00
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA - BURITI CORTADO: SAINDO DO BURITI CORTADO ÀS 22:00, INDO A PONTE DA MUTAMBA,RETORNANDO E FINALIZANDO EM BURITI CORTADO ÀS 22:40H.	MATUTINO	200	8	1600	R\$ 18,50	R\$ 29.600,00
15	TRECHO COCOS-CALINDÉ-JACAREZINHO-BUSATO: SAINDO DE COCOC ÀS 17:20,CHEGANDO EM CALINDÉ,RETORNANDO A COCOS,INDO PARA FAZENDA JACAREZINHO,PASSANDO NA FAZENDA DO BUSATO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM COCOS ÀS 18:20H.	VESPERTINO	200	26	5200	R\$ 18,50	R\$ 96.200,00
	TRECHO COCOS-CALINDÉ-JACAREZINHO-BUSATO: SAINDO DE COCOC ÀS 11:40H,CHEGANDO EM CALINDÉ,RETORNANDO A COCOS,INDO PARA FAZENDA JACAREZINHO,PASSANDO NA FAZENDA DO	VESPERTINO	200	26	5200	R\$ 18,50	R\$ 96.200,00



	BUSATO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM COCOS ÀS 12:30H.						
	TRECHO COCOS-CALINDÉ-JACAREZINHO-BUSATO: SAINDO DE COCOC ÀS 06:20H,CHEGANDO EM CALINDÉ,RETORNANDO A COCOS,INDO PARA FAZENDA JACAREZINHO,PASSANDO NA FAZENDA DO BUSATO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM COCOS ÀS 07:10H.	MATUTINO	200	21	4200	R\$ 18,50	R\$ 77.700,00
	TRECHO CANABRAVA-CASA DO PAI DE SI DO FORUM: SAINDO DA CASA VANDEUZINHA ÀS 12:30,PASSANDO PELA CASA DO PAI DO SI,PASSANDO PELA CASA DO NESTOR,PASSANDO POR BAMBUZAL,PASSANDO PELA CASA DO ENTÃO,PASSANDO PELO POSTO DE GASOLINA,INDO PARA IGREJA DE CANABRAVA,FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 13:20H.	MATUTINO	200	20	4000	R\$ 18,50	R\$ 74.000,00
	TRECHO CANABRAVA-CASA DO PAI DE SI DO FORUM: SAINDO DA CASA VANDEUZINHA ÀS 06:20H,PASSANDO PELA CASA DO PAI DO SI,PASSANDO PELA CASA DO NESTOR,PASSANDO POR BAMBUZAL,PASSANDO PELA CASA DO NETÃO,PASSANDO PELO POSTO DE GASOLINA,INDO PARA IGREJA DE CANABRAVA,FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 07:10H.	MATUTINO	200	20	4000	R\$ 18,50	R\$ 74.000,00
	TRECHO CANABRAVA-CASA DA VANDEUZINA: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 11:30H,INDO PARA IGREJA DE CANABRAVA,RETORNANDO PELO COLÉGIO DE CANABRAVA,PASSANDO PELO POSTO DE GASOLINA,INDO A CASA DO TIO LUCAS,RETORNANDO AO POSTO DE GASOLINA,PASSANDO PELA CASA DO NETÃO,PASSANDO POR BAMBUZAL,PASSANDO PELO NESTOR,PASSANDO PELA CASA DO SI DO FORUM,FINALIZANDO NA CASA VANDEUZINA ÀS 12:20H.	MATUTINO	200	20	4000	R\$ 18,50	R\$ 74.000,00
16	TRECHO CANABRAVA-CASA DA VANDEUZINA: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 17:10H,INDO PARA IGREJA DE CANABRAVA,RETORNANDO PELO COLÉGIO DE CANABRAVA,PASSANDO PELO POSTO DE GASOLINA,INDO A CASA DO TIO LUCAS,RETORNANDO AO POSTO DE GASOLINA,PASSANDO PELA CASA DO NETÃO,PASSANDO POR BAMBUZAL,PASSANDO PELO NESTOR,PASSANDO PELA CASA DO SI DO FORUM,FINALIZANDO NA CASA VANDEUZINA ÀS 18:00H.	VESPERTINO	200	20	4000	R\$ 18,50	R\$ 74.000,00
	TRECHO COLÉGIO DA CANABRAVA - CASA DO NOEL: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 06:30H,PASSANDO NA CASA DO NOEL,INDO NA CASA DE ARISTON, RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 07:00H.	MATUTINO	200	7,5	1500	R\$ 18,50	R\$ 27.750,00
	TRECHO COLÉGIO DA CANABRAVA - CASA DO NOEL: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 17:00H,PASSANDO NA CASA DO NOEL,INDO NA CASA DE ARISTON, RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 17:30H.	VESPERTINO	200	7,5	1500	R\$ 18,50	R\$ 27.750,00
	TRECHO COLÉGIO DA CANABRAVA - CASA DO NOEL: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 12:00H,PASSANDO NA CASA DO NOEL,INDO NA CASA DE ARISTON, RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 12:30H.	MATUTINO	200	7,5	1500	R\$ 18,50	R\$ 27.750,00
	TRECHO COLÉGIO DE CANABRAVA - DÉTE: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 11:40, PASSANDO NA CASA DO DÉTE,RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DE CANABRAVA ÀS 12:00H.	MATUTINO	200	3,6	720	R\$ 18,50	R\$ 13.320,00
	TRECHO COLÉGIO DE CANABRAVA - DÉTE: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 06:40, PASSANDO NA CASA DO DÉTE,RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DE CANABRAVA ÀS 07:00H.	MATUTINO	200	3,6	720	R\$ 18,50	R\$ 13.320,00
17	TRECHO FAZENDA PARANÁ- COCOS: SAINDO DE COCOS ÀS 17:00H,PASSANDO PELA FAZENDA INDEPENDÊNCIA,FINALIZANDO NA FAZENDA PARANÁ ÀS 17:40.	MATUTINO	200	27,2	5440	R\$ 18,50	R\$ 100.640,00



TRECHO FAZENDA PARANÁ- COCOS: SAINDO NA FAZENDA PARANÁ ÀS 12:30, PASSANDO PELA FAZENDA INDEPENDENCIA, FINALIZANDO EM COCOS ÀS 13:00H.	MATUTINO	200	27,2	5440	R\$ 18,50	R\$ 100.640,00
---	----------	-----	------	------	-----------	----------------

2. Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

OBS: O município ainda não possui um catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, portanto, foi pesquisado o código e descrição no seguinte LINK: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.

Item	Código do item conforme catálogo eletrônico	Descrição do item conforme catálogo eletrônico
1	30176	Prestação de Serviço de Transporte Escolar envolvendo veículo/condução/manutenção/combustível

3. Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.

R: A contratação está fundamentada no ETP número 001/2026.

4. Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto. R: A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar com monitoria, para estudantes da educação básica que frequentam as turmas das Escolas Municipais de Baianópolis.

O serviço contratado deverá atender integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo regularidade, pontualidade, conforto e segurança no transporte dos estudantes. Entre as principais exigências para a execução do serviço, destacam-se:

- Frota adequada:** Disponibilização de veículos devidamente licenciados e registrados para transporte coletivo, em perfeito estado de conservação, com idade máxima definida em edital (ex.: até 18 anos de fabricação), com cintos de segurança para todos os passageiros, tacógrafo aferido, entre outros requisitos.
- Motoristas qualificados:** Profissionais com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível, curso específico para transporte coletivo de passageiros (incluindo transporte escolar), e certidões negativas criminais atualizadas.
- Manutenção preventiva e corretiva:** Todos os veículos deverão passar por manutenção preventiva regular, de modo a assegurar condições adequadas de funcionamento, segurança e conforto. Em caso de falhas ou panes, a empresa contratada deverá realizar a substituição imediata do veículo, garantindo a continuidade do serviço sem prejuízo aos usuários.
- Assistência técnica:** A empresa deverá disponibilizar assistência técnica para resolução de problemas mecânicos, elétricos ou outros que possam comprometer o transporte, garantindo que a operação não seja interrompida ou prejudicada.
- Acessibilidade:** Quando necessário, deverão ser disponibilizados veículos adaptados para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme as normas vigentes.
- Higienização:** Os veículos deverão ser mantidos limpos e higienizados regularmente, em condições adequadas de saúde e conforto para os passageiros.

A solução foi elaborada visando garantir eficiência, economicidade, segurança e qualidade na prestação dos serviços, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública. Eventuais glosas por serviços não prestados ou prestados em desacordo serão descontadas do valor a ser pago no mês correspondente.

O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a contratada às seguintes penalidades, garantida a ampla defesa e o contraditório:

• **Advertência por escrito:**

• **Multa pecuniária**, calculada conforme os percentuais previstos no contrato, aplicável nos casos de atraso, inexecução parcial ou irregularidade na prestação dos serviços;

• **Suspensão temporária** de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

• **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, conforme previsto na legislação aplicável, nos casos de falta grave ou reincidência.

As penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da eventual responsabilização civil e criminal.

5. Requisitos da contratação

Ao Assinar o Contrato a Contratada deverá apresentar:

a) Certificado(s) de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV em nome da CONTRATADA ou de pelo menos um de seus sócios, ou ainda em comodato, comprovando que o(s) veículo(s) de sua propriedade está(ão) registrado(s) sob a categoria “ALUGUEL” dos veículos que serão utilizados pela contratada.

b) Seguro obrigatório (DPVAT) do(s) veículo(s) da CONTRATADA, relativo ao licenciamento do ano corrente.

c) Apólice(s) de seguro vigente(s), com cobertura para Acidentes Pessoais por Passageiro – APP, de acordo com os valores estabelecidos pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, sendo que o mesmo deverá ser apresentado semestralmente na Secretaria Municipal de Educação.

d) Inspeção para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, realizado pelo INMETRO (em vigência).

e) Carteira(s) de habilitação do(s) motorista(s) da CONTRATADA, com habilitação na categoria “D” ou superior em vigência e comprovante do curso de formação de condutores de transporte escolar válido e aprovados pelas autoridades de trânsito competentes.

f) Certificado de inspeção do equipamento de registro de tempo e velocidade – CRONOTACÓGRAFO por empresas certificadas pelo INMETRO.

Para a contratada da prestação de serviço de transporte escolar, deverá ser encaminhada certidão negativa de antecedentes criminais do motorista.

6. Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.

A execução do contrato ocorrerá conforme as diretrizes abaixo, visando garantir a qualidade, regularidade e efetividade da prestação dos serviços de transporte rodoviário de passageiros:

• A prestação dos serviços será realizada de acordo com as rotas já definidas pela contratante, com destino às instituições de ensino frequentadas pelos estudantes beneficiados.

• A contratada deverá garantir o cumprimento rigoroso dos horários e itinerários estabelecidos, bem como a disponibilidade de veículos em perfeitas condições de uso e motoristas devidamente habilitados.

• Em caso de falhas, interrupções ou necessidade de substituição de veículos, a contratada deverá providenciar a solução imediata, de modo a não comprometer o transporte dos estudantes.

• A contratante poderá designar servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da



execução contratual, inclusive com a emissão de relatórios de conformidade e eventuais notificações à contratada.

- Ao final do contrato, será realizada avaliação do cumprimento das obrigações contratuais, incluindo a conferência dos relatórios e a regularidade da prestação dos serviços.

7. Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devendo ser fielmente executado pelas partes de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da referida lei, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A prestação dos serviços de transporte escolar será acompanhada de forma contínua, sendo o recebimento do objeto realizado mensalmente, em duas etapas:

- a) Recebimento provisório, mediante conferência dos serviços efetivamente prestados, após o encerramento de cada período mensal de execução;
- b) Recebimento definitivo, após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

A fiscalização do contrato ficará sob responsabilidade do Fiscal e Gestor de Contratos é Izan Alves Maciel, designado está nomeado Através da Portaria nº 212 de 09 de outubro de 2025, competindo-lhes acompanhar, controlar e verificar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Caberá exclusivamente à contratada a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes da execução do contrato, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade.

8. Critérios de medição e de pagamento.

O pagamento será realizado mensalmente, até o dia 10, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal de contrato, acompanhada dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista exigidos em contrato.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor.

A seleção será realizada por meio de Pregão Eletrônico, considerando o menor preço ofertado. O processo ocorrerá na plataforma designada, com prazos específicos para a submissão de propostas e lances, conforme estabelecido no edital, conforme previsão do art. 6º, XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.

A estimativa de valor da contratação foi elaborada com base na análise do objeto da licitação, levando em consideração a complexidade e as especificidades do produto a ser contratado. Durante a fase de pesquisa de preços, foram realizadas consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a outras bases de dados de contratações públicas.

Pesquisa com Fornecedores:

LINK	VR.UNIT	MUNICIPIO
https://pncp.gov.br/app/editais/27165588000190/2025/234	R\$ 17,93	Cachoeiro de Itapemirim/ES
https://pncp.gov.br/app/contratos/88587183000134/2026/23	R\$ 21,50	Carlos Barbosa/RS
https://pncp.gov.br/app/contratos/13635008000176/2025/26	R\$ 16,07	Santa Cruz Cabralia/BA



OBSERVAÇÕES: O custo estimado para a contratação no período de 12 meses, compreende o valor Unitário por KM é de **R\$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos)**, podendo o prazo ser prorrogado para mais 48 meses, caso for de interesse da contratante. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado conforme pode-se comprovar através das informações levantadas no Formulário de Pesquisa de Preços e documentos juntados conforme Fundamentação Legal: Lei 14.133/2023.

11. Adequação orçamentária.

Projeto Atividade:	2.021 - Gestão das Ações da educação básica - FUNDEB 30%; 2.028 - Gestão das ações do programa salário educação – QSE; 2.029 - Gestão das ações do programa nacional de transp. Escolar – PNATE; 2.030 - Gestão das Ações do programa estadual de transp. Escolar – PETE;
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso:	155000000 15760000 15001001

12. Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso.

A prestação do serviço será realizada diariamente conforme especificação no item 1. O recebimento do objeto será realizado de forma provisória e definitiva, sendo que o pagamento está condicionado ao recebimento definitivo. Os recebimentos serão feitos com aceite do fiscal no verso da Nota Fiscal (NF).

13. CONSIDERAÇÕES GERAIS

13.1 O presente Termo de Referência foi concebido com base nas normas legais aplicadas à matéria.

13.2 Este termo de referência constituirá parte integrante do edital da licitação a ser instaurado para viabilizar a contratação de empresa devidamente qualificada e que apresente o melhor preço para fornecimento do bem objeto desta demanda.

13.3 As empresas interessadas em participar da licitação serão integralmente responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução do objeto, sendo inteiramente responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de avaliação equivocada ou da sua ausência.

Claudimar Nunes dos Santos
Secretária Municipal de Educação
Decreto 018/2025



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 001/2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar o transporte escolar aos estudantes da educação básica que frequentam as turmas da Escola Municipal, garantindo o acesso regular, seguro e contínuo ao ambiente escolar, em consonância com o dever constitucional do Município de assegurar o direito à educação.

Atualmente, o Município não dispõe ônibus suficientes (próprios), os quais já atendem integralmente outras rotas regulares de transporte escolar, não sendo possível absorver esta nova demanda sem comprometer a qualidade e a continuidade dos serviços existentes. A inexistência de atendimento adequado a este roteiro poderia ocasionar evasão escolar, faltas recorrentes e prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem.

Diante desse cenário, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de transporte escolar, de forma a suprir a demanda identificada, assegurar a pontualidade, a segurança dos estudantes e a regularidade do serviço, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, continuidade e economicidade da Administração Pública.

Requisitos.

Habilitação:

- Documentos exigidos pela Lei 14.133/2021, art. nº 62 a 69.
- Declaração assinada pelo representante legal da empresa que disponibilizará veículo e motorista para prestar os serviços, nas especificações exigidas no Edital e Código de Trânsito Brasileiro, normas de acessibilidade e normas do CONTRAN;
- Declaração de que conhece o itinerário descrito, e que está ciente das condições de execução e do trajeto, bem como, disponibilizará do veículo e atenderá a todas as condições de execução.
- Documento que comprove a posse ou propriedade de veículo compatível com o objeto da licitação, contendo as informações de capacidade (número de passageiros) e ano/modelo de fabricação (não superior a 18 anos);
- Deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprovem a experiência anterior da empresa na realização de serviço de transporte escolar, compatíveis com o objeto da contratação;

Contratação:

- Certificado(s) de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV em nome da CONTRATADA ou de pelo menos um de seus sócios, ou ainda em comodato, comprovando que o(s) veículo(s) de sua propriedade está(ão) registrado(s) sob a categoria “ALUGUEL” dos veículos que serão utilizados pela contratada.
- Seguro obrigatório (DPVAT) do(s) veículo(s) da CONTRATADA, relativo ao licenciamento do ano corrente.
- Carteira(s) de habilitação do(s) motorista(s) da CONTRATADA, com habilitação na categoria “D” ou superior em vigência.



- Para a contratada da prestação de serviço de transporte escolar, deverá ser encaminhada certidão negativa de antecedentes criminais do motorista.

Pré-requisitos do condutor:

- Idade superior a 21 anos;
- Habilitação para dirigir veículos na categoria D;
- Não ter cometido falta grave ou gravíssima, caracterizada como infração de trânsito nos últimos 12 meses;

Pré-requisitos do transporte:

- Deve possuir cinto de segurança em boas condições e para todos os passageiros;
- Seguro obrigatório contra acidentes do veículo a ser utilizado na prestação de serviço de transporte escolar da adjudicatária;
- Veículos com até 18 (dezoito) anos de uso, contados desde o ano da fabricação, ou seja, ano de fabricação igual ou superior 2004.
- Registrador de velocidade (tacógrafo), sendo que os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, em caso de vistoria especial realizada pelo Detran, e conforme o modelo de veículo.
- Extintor de incêndio obedecendo às normas do CONTRAN.
- Apresentação diferenciada com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e na traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta;
- Laudo de vistoria do veículo, certificando o atendimento ao art. 136 da Lei nº 9.503/1997, bem como a vistoria interna do veículo atestando boas condições estéticas, como cortinas, assentos dentre outros.

Pré-requisitos do Monitor de Transporte Escolar

- O monitor responsável pelo acompanhamento dos estudantes durante o transporte escolar deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Possuir certidão negativa de antecedentes criminais;
- Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Foi realizado levantamento de mercado para identificar as alternativas viáveis para atendimento da demanda de transporte escolar, com análise técnica e econômica de cada modalidade. Foram consideradas quatro opções principais:

A primeira alternativa analisada foi a aquisição e operação de frota própria pelo Município, que se mostrou técnica e economicamente inviável, face à necessidade de elevado investimento inicial em veículos, contratação de motoristas e estrutura de manutenção, além dos custos permanentes com combustível, seguros e encargos trabalhistas.

A segunda alternativa estudada foi a locação de veículos, que, embora ofereça maior agilidade, apresenta limitações quanto ao controle direto sobre a qualidade e a manutenção dos veículos, além de representar custo elevado para uma demanda contínua como a do transporte escolar.

A terceira alternativa avaliada foi a terceirização do serviço de transporte escolar por meio de contratação de empresa especializada, que demonstrou viabilidade técnica por transferir à empresa a responsabilidade pela frota, manutenção, motoristas e cumprimento das normas de segurança, e viabilidade econômica por converter custos fixos em despesas operacionais previsíveis.



Ressalta-se que o Município já utiliza, com êxito, a terceirização em outros trechos do transporte escolar, apresentando resultados positivos quanto à regularidade, segurança e qualidade do serviço, o que reforça a adequação deste modelo de contratação.

Diante da análise comparativa, a terceirização do serviço configura-se como a solução técnica e economicamente mais vantajosa, permitindo à Administração garantir a regularidade, a segurança e a qualidade do serviço, com custos previsíveis e sem a necessidade de investimentos em estrutura própria, assegurando o cumprimento do calendário escolar a partir de fevereiro de 2026 e a otimização dos recursos públicos.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar, para estudantes da educação básica que frequentam as turmas da Escola Municipal.

O serviço contratado deverá atender integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo regularidade, pontualidade, conforto e segurança no transporte dos estudantes.

Entre as principais exigências para a execução do serviço, destacam-se:

Frota adequada: Disponibilização de veículos devidamente licenciados e registrados para transporte coletivo, em perfeito estado de conservação, com idade máxima definida em edital (ex.: até 18 anos de fabricação), com cintos de segurança para todos os passageiros, tacógrafo aferido, entre outros requisitos.

Motoristas qualificados: Profissionais com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível, curso específico para transporte coletivo de passageiros (incluindo transporte escolar), e certidões negativas criminais atualizadas.

Manutenção preventiva e corretiva: Todos os veículos deverão passar por manutenção preventiva regular, de modo a assegurar condições adequadas de funcionamento, segurança e conforto. Em caso de falhas ou panes, a empresa contratada deverá realizar a substituição imediata do veículo, garantindo a continuidade do serviço sem prejuízo aos usuários.

Assistência técnica: A empresa deverá disponibilizar assistência técnica para resolução de problemas mecânicos, elétricos ou outros que possam comprometer o transporte, garantindo que a operação não seja interrompida ou prejudicada.

Acessibilidade: Quando necessário, deverão ser disponibilizados veículos adaptados para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme as normas vigentes.

Higienização: Os veículos deverão ser mantidos limpos e higienizados regularmente, em condições adequadas de saúde e conforto para os passageiros.

A solução foi elaborada visando garantir eficiência, economicidade, segurança e qualidade na prestação dos serviços, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública. O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato e da emissão da solicitação de início dos serviços, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente, desde que atendido o interesse público e devidamente formalizado pôr termo aditivo. Eventuais glosas por serviços não prestados ou prestados em desacordo serão descontadas do valor a ser pago no mês correspondente.



O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a contratada às seguintes penalidades, garantida a ampla defesa e o contraditório:

- Advertência por escrito;
- Multa pecuniária, calculada conforme os percentuais previstos no contrato, aplicável nos casos de atraso, inexecução parcial ou irregularidade na prestação dos serviços;
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conforme previsto na legislação aplicável, nos casos de falta grave ou reincidência.

As penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da eventual responsabilização civil e criminal.

3. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

R: As estimativas de quantitativos foram elaboradas com base nas matrículas ativas do mês de dezembro de 2025, considerando a necessidade de atendimento diário dos estudantes residentes nas comunidades atendidas pelo roteiro Casa-Escola-Casa.

O roteiro diário compreende os seguintes percursos:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	TRECHO PONTE DA MUTAMBA-BURITI CORTADO: SAINDO DO BURITI CORTADO 16:40 H ; INDO Á PONTE DA MUTAMBA; RETORNANDO E FINALIZANDO BURITI CORTADO 17:00
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA- BURITI CORTADO: SAINDO DO BURITI CORTADO 17:40H; INDO Á PONTE DA MUTAMBA; RETONANDO E FINALIZANDO BURITI CORTADO 18:00 H
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA- BURITI CORTADO: SAINDO DO BURITI CORTADO 12:40H; INDO Á PONTE DA MUTAMBA; RETONANDO E FINALIZANDO BURITI CORTADO 13:00 H
2	TRECHO LAGOA CLARA-ASSENTAMENTO: SAINDO DE LAGOA CLARA S 6:00 H; INDO AO ASSENTAMENTO; RETORNANDO E FIANLIZANDO EM LAGOA CLARA 17:00H
	TRECHO LAGOA CLARA-ASSENTAMENTO: SAINDO DE LAGOA CLARA S 17:00 H; INDO AO ASSENTAMENTO; RETORNANDO E FIANLIZANDO EM LAGOA CLARA 18:00H
	TRECHO LAGOA CLARA-ASSENTAMENTO: SAINDO DE LAGOA CLARA 11:5000 H; INDO AO ASSENTAMENTO; RETORNANDO E FIANLIZANDO EM LAGOA CLARA 13:00H
3	TRECHO GUAÍRA-LAGOA CLARA: SAINDO DE GUAÍRA 12:30 H; PASSANDO POR QUEIMADO (ZÉ SAPATO); PASSANDO POR MOURÃO; FINALIZANDO EM LAGOA CLARA 13:20 H.
	TRECHO GUAÍRA-LAGOA CLARA: SAINDO DA LAGOA CLARA 17:20; PASSANDO POR MOURÃO; PASSANDO POR QUEIMADO (ZÉ SAPATO); PASSANDO POR POÇO;PASSANDO POR RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ MORRO VERMELHO (DIVISA C/ TABOCAS); RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); FINALIZANDO EM GUAÍRA 18:20 H
	TRECHO GUAÍRA-LAGOA CLARA: SAINDO DA LAGOA CLARA 11:20; PASSANDO POR MOURÃO; PASSANDO POR QUEIMADO (ZÉ SAPATO); PASSANDO POR POÇO;PASSANDO POR RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ SENÉ; RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ SENÉ;RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ MORRO VERMELHO (DIVISA C/TABOCAS); RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO) FINALIZANDO EM GUAÍRA 12:20 H.
	TRECHO GUAÍRA-LAGOA CLARA: SAINDO DE GUAÍRA 6:00 H; PASSANDO POR RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ MORRO VERMELHO (DIVISA C/ TABOCAS); RETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); INDO ATÉ SENERETORNANDO A RODEADOR (DÉ PRETO); PASSANDO POR POÇO; PASSANDO POR QUEIMADO (ZÉ SAPATO);PASSANDO POR MOURÃO; FINALIZANDO EM LAGOA CALRA 7:20.



4	TRECHO LAGOA-CLARA-CAJUEIRO-MANDACARU: SAINDO DE LAGOA CLARA 11:30 H; INDO A CAJUEIRO; RETORNANDO A MANDACARU 12:30 H
	TRECHO LAGOA-CLARA-CAJUEIRO-MANDACARU: SAINDO DE LAGOA CLARA 17:00 H; INDO A CAJUEIRO; RETORNANDO A MANDACARU 18:00 H
	TRECHO LAGOA-CLARA-CAJUEIRO-MANDACARU: SAINDO DE LAGOA CLARA 12:30 H; INDO A CAJUEIRO; RETORNANDO A MANDACARU 13:10 H
	TRECHO MANDACARU-CAJUEIRO: SAINDO DE MANDACARU 6:00H; INDO AO CAJUEIRO; RETORNANDO A LAGOA CLARA 7:10H
5	TRECHO SAPÉ- VEREDA DO SAPE: SAINDO DO COLEGIO DO SAPÉ 17:30 H; SAINDO PROX. A CASA DO DITO (SAÍDA P/ MARIKITA); RETORNANDO POR SAPÉ; PASSANDO PELA CASA DO PEDRO DA PINGA; INDO A CASA DA MARIALVA; RETORNANDO E FINALIZANDO NO SAPÉ 18:00 H
	TRECHO SAPÉ- VEREDA DO SAPE: SAINDO DO COLEGIO DO SAPÉ 11:30 H; INDO A CASA DO ZÉ CASSIANO (SAÍDA PARA MARIKITA); RETORNANDO POR SAPÉ; PASSANDO PELA CASA DO PEDRO DA PINGA; FINALIZANDO NO CASA DO FLORIANO 12:20 H
	TRECHO SAPÉ- VEREDA DO SAPE: SAINDO DA CASA DO FLORIANO 12:30 H; PASSANDO PELA CASA DO PEDRO DA PINGA; INDO A CASA DO ZÉ DO CASSIANO (SAINDO P/ MARIKITA); RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DO SAPÉ 13:20 H.
	TRECHO SAPÉ- VEREDA DO SAPE: SAINDO DO COLEGIO DO SAPÉ 06:20 H; INDO A CASA DO ZÉ CASSIANO (SAÍDA PARA MARIKITA); RETORNANDO POR SAPÉ; PASSANDO PELA CASA DO PEDRO DA PINGA; INDO A CASA DO FLORIANO; RETORNALIZANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DO SAPÉ 7:10 H.
6	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 12:30H; SENTIDO A GUAÍRA;RETORNANDO POR SENÉ; PASSANDO POR DÉ PRETO; CHEGANDO EM MORRO VERMELHO; INDO ATÉ A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO MORRO VERMELHO 13:00 H.
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DO RODEADOR 06:30 H; SENTIDO A GUAÍRA; RETORNANDO POR SENÉ;PASSANDO POR DE PRETO;CHEGANDO EM MORRO DE VERMELHO;INDO ATÉ A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DO MORRO VERMELHO 13:00H.
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 17:00H; INDO ATE A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO POR DÉ PRETO; PASSANDO POR SENÉ; SENTIDO A GUAÍRA; FINALIZANDO NO RODEADOR 17:30 H.
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 11:30H; INDO ATE A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO POR DÉ PRETO; PASSANDO POR SENÉ; SENTIDO A GUAÍRA; FINALIZANDO NO RODEADOR 12:00 H.
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 17:00H; INDO ATE A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO POR DÉ PRETO; PASSANDO POR SENÉ; SENTIDO A GUAÍRA; FINALIZANDO NO RODEADOR 17:30 H.
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 06:30H; PASSANDO POR GUAÍRA; RETORNANDO A RODEADOR; FINALIZANDO EM MORRO VERMELHO 7:00 H
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 11:30H; INDO ATE A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO POR DÉ PRETO; PASSANDO POR SENÉ; SENTIDO A GUAÍRA; FINALIZANDO NO RODEADOR 12:00H.
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DO RODEADOR 06:30 H; SENTIDO A GUAÍRA; RETORNANDO POR SENÉ;PASSANDO POR DE PRETO;CHEGANDO EM MORRO DE VERMELHO;INDO ATÉ A DIVISA C/ TABOCAS; RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLEGIO DO MORRO VERMELHO :00H.
	TRECHO MORRO VERMELHO-RODEADOR : SAINDO DE MORRO VERMELHO 11:30H;PASSANDO POR RODEADOR; INDO PARA GUAÍRA; RETORNALIZANDO E FINALIZANDO EM RODEADOR 12:00H.
7	TRECHO TÁBUA-PROX. À SUMIDOURO-FOLHA LARGA-BEBEDOURO: SAÍDA DA TÁBUA 11:40H;INDO ATÉ A CASA DO NETINHO CRENTE (PROX. À SUMIDOURO); RETORNANDO POR RENÇÃO; TÁBUA E FOLHA LARGA; PASSANDO DE TÁBUA ATÉ BEBEDOURO; FINALIZANDO EM BEBEDOURO 13:20 H.
	TRECHO BEBEDOURO-ROÇA VELHA: SAINDO DO BEBEDOURO 17:00 H; FINALIZANDO EM ROÇA VELHA 17:20H.



	TRECHO ROÇA VELHA-BEBEDOURO: SAINDO DE ROÇA VELHA 13:00H; FINALIZANDO EM BEBEDOURO 13:20H
	TRECHO BEBEDOURO-TÁBUA-PROX. À SUMIDOURO-FOLHA LARGA: SAÍDA DE BEBEDOURO 17:00H;PASSANDO POR TÁBUA; INDO ATÉ A CASA DO NETINHO CRETE(PROX. A SUMIDOURO); RETORNANDO POR REDENÇÃO E TÁBUA; FINALIZANDO EM FOLHA LARGA 19:00 H.
	TRECHO TÁBUA-SUMIDOURO-TABUA-SEDE; SAIDA DE TÁBUA ÀS 11:40,PASSANDO POR SUMIDOURO,RETORNANDO POR TÁBUA,CHEGANDO NA SEDE 13:20H.
	TRECHO TÁBUA - SUMIDOURO: SAINDO DE TÁBUA 12:10 ,PASSANDO PELO PERNAMBUCO,CHEGANDO EM SUMIDOURO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM TÁBUAS ÀS 13:30.
	TRECHO FOLHA LARGA-TÁBUA: SAINDO DA CASA DE MILTON DA DINA ,PASSANDO POR TÁBUA ATÉ PERNAMBUCO (PRÓXIMO A SUMIDOURO) RETORNANDO A TÁBUA.
	TRECHO TÁBUA - SUMIDOURO - TÁBUA - SEDE : SAINDO DE TÁBUA ÀS 11:40,PASSANDO POR SUMIDOURO,RETORNANDO POR TÁBUA,CHEGANDO NA SEDE ÀS 13:20.
	TRECHO ROÇA VELHA - BEBEDOURO: SAINDO DE ROÇA VEHÀ ÀS 6:00H,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 6:20H.TRECHO BEBEDOURO - ROÇA VELHA: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 12:30,FINALIZANDO EM ROÇA VELHA. 12:50H.
	TRECHO TÁBUA - BEBEDOURO: SAINDO DE TÁBUA ÀS 12:20,INDO A BEBEDOURO RETORNANDO E FINALIZANDO Á TÁBUA 12:40H.
	TRECHO BEBEDOURO - TÁBUA - PROXIMO A SUMIDOURO - FOLHA LARGA: SAINDO DE BEBEDOURO 17:00H , PASSANDO POR TÁBUA,INDO ATÉ A CASA DO NETINHO (PROXIMO A SUMIDOURO) RETORNANDO POR REDENÇÃO E TÁBUA,FINALIZANDO EM FOLHA LARGA 19H.
	TRECHO TÁBUA - SUMIDOURO: SAINDO DE TÁBUA 17:20 ,PASSANDO PELO PERNAMBUCO,CHEGANDO EM SUMIDOURO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM TÁBUAS ÀS 18:20
	TRECHO SUMIDOURO A TÁBUA: SAINDO DA CASA DO NETINHO ÀS 5:30H ATÉ TÁBUAS ÀS 7:10H
	TRECHO TÁBUA - PROXIMO A SUMIDOURO - FOLHA LARGA-BEBEDOURO: SAINDO DE TÁBUA ÀS 11:40, INDO ATÉ A CASA DO NETINHO (PROXIMO A SUMIDOURO) RETORNANDO POR REDENÇÃO ,TÁBUA E FOLHA LARGA,RETORNANDO DA FOLHA LARGA ATÉ TÁBUA,PASSANDO DE TÁBUA ATÉ BEBEDOURO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 13:20H.
8	TRECHO SEDE-TÁBUA-BRANCO - SUMIDOURO- PERNAMBUCO: SAINDO DA SEDE ÀS 17H,PASSANDO POR TÁBUA,RETORNANDO POR BRANCO,PASSANDO POR PALMEIRA,PASSANDO SUMIDOURO,FINALIZANDO EM PERNAMBUCANO ÀS 19H.
	TRECHO TÁBUA - BEBEDOURO: SAINDO DE TÁBUA ÀS 12:20,INDO A BEBEDOURO,RETORNANDO E FINALIZANDO A TÁBUA ÀS 12:40H.TRECHO TÁBUA - BEBEDOURO: SAINDO DE TÁBUA ÀS 06:00H ,INDO A BEBEDOURO,RETORNANDO E FINALIZANDO A TÁBUA ÀS 06:20H.
	TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 06:20H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 07:10H.TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 12:40H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 13:15H.
	TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 11:40H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 12:30H. TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 17:20H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 18:00H.TRECHO BEBEDOURO-AGUA BOA - BRACINHO: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 17:30H,PASSANDO POR AGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,FINALIZANDO EM BEBEDOURO 19:00H.
	TRECHO BEBEDOURO - VÁRZEAS: SAINDO DE BEBEDOURO ÀS 17:30H ,PASSANDO POR ÁGUA BOA,PASSANDO POR BRACINHO,PASSANDO POR H ,FINALIZANDO EM VÁRZEAS 19:00H.
9	TRECHO SEDE - PONTO DO QUEIJO: SAINDO DA SEDE BAIANÓPOLIS 17:20, PASSANDO NA FAZENDA DE AILTON,PASSANDO NA FAZENDA DO JORGE GERENTE,INDO ATÉ O PONTO DO QUEIJO (BR242),RETORNANDO A SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 18:20.TRECHO SEDE - PONTO DO QUEIJO: SAINDO DA SEDE BAIANÓPOLIS 12:20, PASSANDO NA FAZENDA DE AILTON,PASSANDO NA FAZENDA DO JORGE GERENTE,INDO ATÉ O PONTO DO QUEIJO (BR242),RETORNANDO A SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 13:20.



	TRECHO SAPÉ-VARZEA GRANDE- SEDE: SAINDO DE SAPÉ 11:40 ,PASSANDO POR VARZEA GRANDE,FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANOPOLIS 13:00H.TRECHO SEDE-VARZEA GRANDE - SAPÉ:SAINDO DE BAIANOPOLIS 17:10,PASSANDO POR VARZEA GRANDE,FINALIZANDO EM SAPÉ ÀS 18:20H.
10	TRECHO OLHOS D'ÁGUA - SEDE: SAINDO DE OLHOS D'ÁGUA 11:20,PASSANDO POR BOA ESPERANÇA,CANABRAVA DOS PORTO,MARIA DO JOAO DA LILA,PASSANDO POR CABEÇEIRA DAS AGUAS CLARAS,BAMBUZAL, EDILSON DO NESTOR, FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 13:20H.
	TRECHO OLHOS D'ÁGUA - SEDE: SAINDO DE BAIANOPOLIS 11:40H, PASSANDO POR NESTOR,SUMIDOURO,RETORNANDO POR NESTOR,PASSANDO POR BAMBUZAL,CABECEIRA DE AGUAS CLARAS,CANABRAVA DOS PORTO,BOA ESPERANÇA,FINALIZANDO EM OLHOS D'ÁGUA.
	TRECHO OLHOS D'ÁGUA - SEDE: SAINDO DA SEDE DE BAIANOPOLIS 17:20,PASSANDO POR NESTOR,BAMBUZAL,CABEÇEIRA DAS AGUAS CLARAS,MARIA DO JOÃO DA LILIA,CANABRAVA DOS PORTO,BOA ESPERANÇA,FINALIZANDO EM OLHOS D'ÁGUA ÀS 19:20
	TRECHO OLHOS D'ÁGUA - SEDE: SAINDO DE OLHOS D'ÁGUA 11:20,PASSANDO POR BOA ESPERANÇA,CANABRAVA DOS PORTO,PASSANDO POR CABECEIRA DAS AGUAS CLARAS,BAMBUZAL,SUMIDOURO, EDILSON DO NESTOR, FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 13:20H.
11	TRECHO SEDE - MALHADA GRANDE - CABEÇEIRA: SAINDO DA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 11:30,PASSANDO POR CABEÇEIRA,FINALIZANDO EM MALHADA GRANDE (FAZENDA OLINDA) 12:10H. TRECHO SEDE - MALHADA GRANDE - CABEÇEIRA: SAINDO DA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 17:30,PASSANDO POR CABEÇEIRA,FINALIZANDO EM MALHADA GRANDE (FAZENDA OLINDA) 18:10.
	TRECHO SEDE - MALHADA GRANDE - CABEÇEIRA: SAINDO DE MALHADA GRANDE (FAZENDA OLINDA) ÀS 06:20,PASSANDO POR CABEÇEIRA,FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 07:00H.TRECHO SEDE - MALHADA GRANDE - CABEÇEIRA: SAINDO DE MALHADA GRANDE (FAZENDA OLINDA) ÀS 12:30,PASSANDO POR CABEÇEIRA,FINALIZANDO NA SEDE DE BAIANÓPOLIS ÀS 13:10H.
12	TRECHO SEDE- CAPIVARA: SAINDO DO COLÉGIO BENEDITO ÀS 17:50H,PASSANDO NAS ESCOLAS DA SEDE,PASSANDO PELO ALTO DA BELA VISTA,INDO A PASSAGEM DE PEDRA 2,INDO A CAPIVARA,RETORNANDO E FINALIZANDO NA SEDE ÀS 18:10.
	TRECHO SEDE - CAPIVARA: SAINDO DO COLEGIO BENEDITO ÀS 11:50H,PASSANDO NAS ESCOLAS DA SEDE,PASSANDO PELO ALTO DA BELA VISTA,INDO A PASSAGEM DE PEDRA 1,PASSANDO PELA PASSAGEM DE PEDRA 2,INDO A CAPIVARA,RETORNANDO E FINALIZANDO DA SEDE ÀS 13:10H.
	TRECHO SEDE - CAPIVARA: SAINDO DO COLEGIO BENEDITO ÀS 06:00H,PASSANDO NAS ESCOLAS DA SEDE,PASSANDO PELO ALTO DA BELA VISTA,INDO A PASSAGEM DE PEDRA 1,PASSANDO PELA PASSAGEM DE PEDRA 2,INDO A CAPIVARA,RETORNANDO E FINALIZANDO DA SEDE ÀS 07:20H.
	TRECHO CAPIVARA - BAIANÓPOLIS: SAINDO DE CAPIVARA ÀS 12:30H,PASSANDO PELA PASSAGEM DE PEDRA 2,PASSANDO PELA PASSAGEM DE PEDRA 1,FINALIZANDO NA SEDE ÀS 13:20H.TRECHO CAPIVARA - BAIANÓPOLIS: SAINDO DA SEDE ÀS 16:40H, PASSANDO PELO ALTO DA BELA VISTA,PASSANDO EM PASSAGEM DE PEDRA 1, PASSAGEM DE PEDRA 2,INDO A CAPIVARA,RETORNANDO E FINALIZANDO NO ALTO DA BELA VISTA ÀS 18:00H.
	TRECHO CAPIVARA - BAIANÓPOLIS: SAINDO DO ALTO DA BELA VISTA ÀS 06:00H,PASSANDO EM PASSAGEM DE PEDRA 1, PASSAGEM DE PEDRA 2, INDO A CAPITAVA,RETORNANDO AO ALTO DA BELA VISTA,FINALIZANDO NA SEDE ÀS 07:20H.
13	TRECHO VÁRZEA- CALDEIRÃO -LAMARÃO-PONTE DA MUTAMBA-BURITI SECO: SAINDO DE VÁRZEAS ÀS 22:30H, PASSANDO POR CALDEIRÃO,PASSANDO POR LAMARÃO, PONDE DA MUTAMBA,FINALIZANDO EM BURITI SECO ÀS 23:40H.
	TRECHO VÁRZEA-BRACINHO-CALDEIRÃO-LAMARÃO-PONTE DA MUTAMBA-BURITI SECO: SAINDO DE VÁRZEAS, ÀS 11:40H PASSANDO POR BRACINHO,CALDEIRÃO,LAMARÃO,PONDE DA MUTABA,FINALIZANDO EM BURITI SECO ÀS 13:30H .TRECHO VÁRZEA-BRACINHO-CALDEIRÃO-LAMARÃO-PONTE DA MUTAMBA-BURITI SECO: SAINDO DE VÁRZEAS, ÀS 17:20H PASSANDO POR BRACINHO,CALDEIRÃO,LAMARÃO,PONDE DA MUTABA,FINALIZANDO EM BURITI SECO ÀS 19:30H.
	TRECHO BURITI SECO-PONTE DA MUTAMBA-LAMARÃO-CALDEIRÃO-BRACINHO-VÁRZEAS: SAINDO DE BURITI SECO ÀS 05:30H, PASSANDO POR PONTE DA MUTAMBA,PASSANDO POR LAMARÃO,CALDEIRÃO,BRACINHO,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 07:20H.TRECHO BURITI SECO-PONTE DA MUTAMBA-LAMARÃO-CALDEIRÃO-BRACINHO-VÁRZEAS: SAINDO DE BURITI SECO ÀS 11:00H, PASSANDO POR PONTE DA MUTAMBA,PASSANDO POR LAMARÃO,CALDEIRÃO,BRACINHO,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 13:20H.



	TRECHO BURITI SECO-LAMARÃO- CALDEIRÃO-VÁRZEAS: SAINDO DE BURITI SECO ÀS 17:00HM PASSANDO POR LAMARÃO,CALDEIRÃO,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 19:20H.
14	TRECHO VÁRZEAS - BEBEDOURO II : SAINDO DE VÁRZEAS 17:40H, PASSANDO POR ROÇA VELHA,PASSANDO POR BEBEDOURO,CHEGANDO EM BEBEDOURO II (MANOEL TARAFÁ),RETORNANDO E FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 18:40.TRECHO VÁRZEAS - BEBEDOURO II : SAINDO DE VÁRZEAS 22:00H, PASSANDO POR ROÇA VELHA,PASSANDO POR BEBEDOURO,CHEGANDO EM BEBEDOURO II (MANOEL TARAFÁ),RETORNANDO E FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 23:00H.
	TRECHO VÁRZEAS - BEBEDOURO : SAINDO DE VÁRZEAS 22:00H, PASSANDO POR HA,PASSANDO POR BRACINHO,AGUA BOA,FINALIZANDO EM BEBEDOURO ÀS 23H.
	TRECHO VÁRZEAS - ROÇA VELHA: SAINDO DE VÁRZEAS 06:40H,INDO A ROÇA VELHA ,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 07:00H.TRECHO VÁRZEAS - ROÇA VELHA: SAINDO DE VÁRZEAS 12:00,INDO A ROÇA VELHA ,FINALIZANDO EM VÁRZEAS ÀS 13:00H
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA- VÁRZEAS : SAINDO DA PONTE DA MUTAMBA ÀS 06:20,PASSANDO NO COCAL,FINALIZANDO NA VÁRZEAS ÀS 07:10H.TRECHO PONTE DA MUTAMBA- VÁRZEAS : SAINDO DA PONTE DA MUTAMBA ÀS 18:00H,PASSANDO NO COCAL,FINALIZANDO NA VÁRZEAS ÀS 18:50H.
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA- VÁRZEAS : SAINDO DA PONTE DA MUTAMBA ÀS 12:30H,PASSANDO NO COCAL,FINALIZANDO NA VÁRZEAS ÀS 13:10H.
	TRECHO VÁRZEAS - PONTE DA MUTAMBA: SAINDO DE VÁRZEAS ÀS 11:40,PASSANDO COCAL,FINALIZANDO NA PONTE DA MUTAMBA ÀS 12:20H.
	TRECHO VÁRZEAS - PONTE DA MUTAMBA: SAINDO DE VÁRZEAS ÀS 16:50,PASSANDO COCAL,FINALIZANDO NA PONTE DA MUTAMBA ÀS 17:30H.
15	TRECHO VÁRZEAS - PONTE DA MUTAMBA: SAINDO DE VÁRZEAS ÀS 22:00,PASSANDO COCAL,FINALIZANDO NA PONTE DA MUTAMBA ÀS 22:40H.
	TRECHO PONTE DA MUTAMBA - BURITI CORTADO: SAINDO DO BURITI CORTADO ÀS 22:00, INDO A PONTE DA MUTAMBA,RETORNANDO E FINALIZANDO EM BURITI CORTADO ÀS 22:40H.
16	TRECHO COCOS-CALINDÉ-JACAREZINHO-BUSATO: SAINDO DE COCOC ÀS 17:20,CHEGANDO EM CALINDÉ,RETORNANDO A COCOS,INDO PARA FAZENDA JACAREZINHO,PASSANDO NA FAZENDA DO BUSATO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM COCOS ÀS 18:20H.
	TRECHO COCOS-CALINDÉ-JACAREZINHO-BUSATO: SAINDO DE COCOC ÀS 11:40H,CHEGANDO EM CALINDÉ,RETORNANDO A COCOS,INDO PARA FAZENDA JACAREZINHO,PASSANDO NA FAZENDA DO BUSATO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM COCOS ÀS 12:30H.
	TRECHO COCOS-CALINDÉ-JACAREZINHO-BUSATO: SAINDO DE COCOC ÀS 06:20H,CHEGANDO EM CALINDÉ,RETORNANDO A COCOS,INDO PARA FAZENDA JACAREZINHO,PASSANDO NA FAZENDA DO BUSATO,RETORNANDO E FINALIZANDO EM COCOS ÀS 07:10H.
16	TRECHO CANABRAVA-CASA DO PAI DE SI DO FORUM: SAINDO DA CASA VANDEUZINHA ÀS 12:30,PASSANDO PELA CASA DO PAI DO SI,PASSANDO PELA CASA DO NESTOR,PASSANDO POR BAMBUZAL,PASSANDO PELA CASA DO ENTÃO,PASSANDO PELO POSTO DE GASOLINA,INDO PARA IGREJA DE CANABRAVA,FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 13:20H.
	TRECHO CANABRAVA-CASA DO PAI DE SI DO FORUM: SAINDO DA CASA VANDEUZINHA ÀS 06:20H,PASSANDO PELA CASA DO PAI DO SI,PASSANDO PELA CASA DO NESTOR,PASSANDO POR BAMBUZAL,PASSANDO PELA CASA DO NETÃO,PASSANDO PELO POSTO DE GASOLINA,INDO PARA IGREJA DE CANABRAVA,FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 07:10H.
	TRECHO CANABRAVA-CASA DA VANDEUZINA: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 11:30H,INDO PARA IGREJA DE CANABRAVA,RETORNANDO PELO COLÉGIO DE CANABRAVA,PASSANDO PELO POSTO DE GASOLINA,INDO A CASA DO TIO LUCAS,RETORNANDO AO POSTO DE GASOLINA,PASSANDO PELA CASA DO NETÃO,PASSANDO POR BAMBUZAL,PASSANDO PELO NESTOR,PASSANDO PELA CASA DO SI DO FORUM,FINALIZANDO NA CASA VANDEUZINA ÀS 12:20H.



	TRECHO CANABRAVA-CASA DA VANDEUZINA: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 17:10H, INDO PARA IGREJA DE CANABRAVA, RETORNANDO PELO COLÉGIO DE CANABRAVA, PASSANDO PELO POSTO DE GASOLINA, INDO A CASA DO TIO LUCAS, RETORNANDO AO POSTO DE GASOLINA, PASSANDO PELA CASA DO NETÃO, PASSANDO POR BAMBUZAL, PASSANDO PELO NESTOR, PASSANDO PELA CASA DO SI DO FORUM, FINALIZANDO NA CASA VANDEUZINA ÀS 18:00H.
	TRECHO COLÉGIO DA CANABRAVA - CASA DO NOEL: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 06:30H, PASSANDO NA CASA DO NOEL, INDO NA CASA DE ARISTON, RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 07:00H.
	TRECHO COLÉGIO DA CANABRAVA - CASA DO NOEL: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 17:00H, PASSANDO NA CASA DO NOEL, INDO NA CASA DE ARISTON, RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 17:30H.
	TRECHO COLÉGIO DA CANABRAVA - CASA DO NOEL: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 12:00H, PASSANDO NA CASA DO NOEL, INDO NA CASA DE ARISTON, RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 12:30H.
	TRECHO COLÉGIO DE CANABRAVA - DÉTE: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 11:40, PASSANDO NA CASA DO DÉTE, RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 12:00H.
	TRECHO COLÉGIO DE CANABRAVA - DÉTE: SAINDO DO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 06:40, PASSANDO NA CASA DO DÉTE, RETORNANDO E FINALIZANDO NO COLÉGIO DE CANABRAVA ÀS 07:00H.
17	TRECHO FAZENDA PARANÁ- COCOS: SAINDO DE COCOS ÀS 17:00H, PASSANDO PELA FAZENDA INDEPENDÊNCIA, FINALIZANDO NA FAZENDA PARANÁ ÀS 17:40.
	TRECHO FAZENDA PARANÁ- COCOS: SAINDO NA FAZENDA PARANÁ ÀS 12:30, PASSANDO PELA FAZENDA INDEPENDÊNCIA, FINALIZANDO EM COCOS ÀS 13:00H.

O trajeto foi devidamente medido e validado por motorista da Secretaria Municipal de Educação, utilizando o veículo oficial do Município, servindo como memória de cálculo para a estimativa de quilometragem diária e consolidação dos quantitativos contratados.

O cálculo inicial considerou a distância média diária, multiplicada pelos **200 dias letivos**, resultando em 393120km **anuais**. Este valor foi projetado de acordo com o calendário escolar vigente.

Contudo, considerando a possibilidade de novas matrículas ao longo do ano letivo, o que poderá ocasionar alterações no trajeto, inclusão de novos pontos de embarque e aumento da quilometragem percorrida, bem como para contemplar eventuais necessidades extraordinárias e urgências no atendimento do transporte escolar, foi acrescida uma margem de segurança de **15 km por dia**.

Tal medida visa assegurar a flexibilidade operacional, evitar insuficiências na execução do serviço contratado e garantir a continuidade e a qualidade do atendimento aos estudantes.

Dessa forma, a quilometragem total estimada para a contratação considera:

- Dias letivos: 200
- Total: 393120km

As quantidades estimadas consideram a execução diária do percurso, em dias letivos, abrangendo o transporte de todos os estudantes matriculados nas localidades descritas, conforme registros de matrícula fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, permitindo a consolidação das rotas, possibilitando economia de escala mediante a integração de trajetos e otimização dos percursos.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

R: A estimativa de valor da contratação foi elaborada com base na análise do objeto da licitação, levando em consideração a complexidade e as especificidades do produto a ser contratado. Durante



a fase de pesquisa de preços, foram realizadas consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a outras bases de dados de contratações públicas.

Para a presente contratação, optou-se pela média simples, a fórmula empregada para definição de valores pela média foi a seguinte: Soma dos valores do item obtidos através de orçamento com empresas do ramo, dividido pelo número de propostas consideradas:

$$\frac{= \text{Valor 1} + \text{Valor 2} + \text{Valor 3}}{3 \text{ (número total de propostas)}}$$

O custo estimado para a contratação compreende o valor unitário por km de R\$ 18,50.

5. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deverá ser adotado quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

No presente caso, o parcelamento **não é recomendável**, pois a contratação refere-se à prestação integrada de transporte escolar, cuja divisão acarretaria perda de economia de escala, aumento de custos administrativos e maior complexidade na fiscalização, além de comprometer a padronização e a eficiência do serviço. Dessa forma, a contratação em item único mostra-se a alternativa mais adequada ao interesse público.

6. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES.

Não consta em outra contratação.

7. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração. O município ainda não elaborou o Plano Anual de Contratações.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para o Município, garantindo o tratamento isonômico entre os licitantes, a ampla e justa competição, bem como a prevenção de contratações com sobre preço, preços manifestamente inexequíveis ou eventual superfaturamento na execução contratual.

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar, destinado aos estudantes da educação básica que frequentam as turmas da Escola Municipal, tem por finalidade alcançar melhores resultados quanto à economicidade, eficiência e ao aproveitamento racional dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, considerando, ainda, a limitação da frota própria do Município, que atualmente dispõe de dois ônibus em operação, os quais já atendem integralmente outras linhas regulares de transporte escolar, não sendo possível a absorção desta nova demanda sem prejuízo à continuidade e à qualidade dos serviços já existentes.

Nesse contexto, a terceirização do serviço objetiva:

Economicidade:

Redução de custos operacionais para a Administração Pública, evitando despesas relacionadas à aquisição, manutenção, licenciamento e depreciação de frota própria, bem como gastos com contratação direta de motoristas, combustível, seguros e encargos trabalhistas. A contratação terceirizada possibilita o pagamento apenas pelos serviços efetivamente prestados, assegurando maior controle orçamentário e previsibilidade financeira.



Otimização de Recursos Humanos:

Permite à Administração concentrar sua força de trabalho nas atividades finalísticas da gestão educacional, sem a necessidade de alocação de servidores para o gerenciamento direto da frota e da operação dos transportes, promovendo maior eficiência administrativa.

Aproveitamento de Recursos Materiais e Financeiros:

Viabiliza o redirecionamento de recursos materiais e financeiros que seriam empregados na operação direta do transporte para áreas prioritárias da Secretaria Municipal de Educação, como melhorias na infraestrutura escolar, aquisição de materiais pedagógicos e capacitação de profissionais da educação.

Qualidade, Segurança e Monitoria:

A inclusão da monitoria durante o transporte assegura acompanhamento permanente dos estudantes, especialmente crianças da educação básica, promovendo maior organização no embarque e desembarque, controle de presença, auxílio aos alunos, prevenção de situações de risco e apoio ao motorista, resultando em aumento significativo da segurança, disciplina e tranquilidade para as famílias e para a Administração Pública.

Redução de Riscos:

Minimiza responsabilidades e riscos para a Administração Pública, uma vez que a empresa contratada será responsável pela manutenção dos veículos, contratação e gestão de pessoal, seguros e substituição de frota quando necessário, reduzindo potenciais passivos administrativos, trabalhistas e judiciais.

Com isso, busca-se implementar um modelo de transporte escolar eficiente, seguro e economicamente viável, alinhado aos princípios da Administração Pública, especialmente os da eficiência, economicidade, continuidade e supremacia do interesse público, garantindo a ampliação do atendimento sem comprometer as rotas já existentes operadas pela frota própria municipal.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

Para essa contratação não há providências a serem tomadas, quanto a fiscalização designa-se 1.1. O Fiscal e Gestor de Contratos é Izan Alves Maciel, designado está nomeado Através da Portaria nº 212 de 09 de outubro de 2025, para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da entrega dos itens.

10. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

A execução do serviço poderá gerar impactos ambientais de baixa magnitude, principalmente relacionados ao consumo de combustível e à emissão de poluentes pelos veículos utilizados no transporte escolar.

Como medida mitigadora, será exigido que a empresa contratada mantenha a frota em boas condições de uso, com manutenção regular, atendendo às normas ambientais e de trânsito vigentes. Os resíduos gerados nas manutenções, como óleos, filtros e pneus, deverão receber destinação ambientalmente adequada, sendo de responsabilidade da contratada sua correta coleta e descarte, conforme a legislação aplicável.

Considera-se, portanto, que os impactos ambientais são mínimos e devidamente mitigáveis.



11. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Com base nas justificativas apresentadas, nas especificações técnicas definidas neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, bem como na existência de planejamento orçamentário que assegura a disponibilidade de recursos para a contratação, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar destinado aos estudantes da educação básica da Escola Municipal, é plenamente viável, adequada e necessária para o atendimento da demanda identificada.

A contratação atende aos padrões técnicos e de qualidade exigidos, encontra-se compatível com os preços praticados no mercado e mostra-se a alternativa mais eficiente e econômica para garantir a continuidade, a segurança e a regularidade do transporte dos estudantes, especialmente diante da limitação da frota própria municipal, revelando-se, portanto, a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

Baianópolis/BA, 03 de fevereiro de 2026.

Elabora Por:

Ana Paula de Jesus Porto
Gerente de Compras
Secretaria Municipal de Organização e Planejamento
Portaria 210/2025

Aprovado Por:

Weube Febrônio dos Santos
Prefeito Municipal



**_Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS - LICITAÇÃO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. ____/2026

Processo Administrativo nº.6

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI,
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BAIANÓPOLIS, POR
INTERMÉDIO DO (A) MUNICIPAL DE
.....E**

O **MUNICÍPIO DE BAIANÓPOLIS**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIANÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX nesta cidade de BAIANÓPOLIS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob nº. XXXXXXXXXXXX, doravante, denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Gestora (a) do xxxxxxxx, a Sra. **XXXXXXXXXX**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG n.º SSP/BA e inscrita no CPF nº XXXXXX, residente e domiciliada na Rua Agenor Queiroz, S/N, Centro, CEP: XXXX, nesta cidade de BAIANÓPOLIS -, doravante, denominada **CONTRATANTE**, e o(a)....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** *procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 346/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 025/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a CXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60..... (Sessenta) dias contados da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA–PREÇO (art. 92, V)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
VALOR TOTAL CONTRATADO					

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/12/2025.

7.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice correção monetária IGP-M (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de *um mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*



9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 1. Moratória de 15% a 30% (quinze por cento a trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 2. Moratória de 15% a 30% (quinze por cento a trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 13.1.1. Gestão/Unidade:
- 13.1.2. Fonte de Recursos:



- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Baianópolis/Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIANÓPOLIS
Contratante

Baianópolis - BA, XXX de XXXX de 2025.

XXXXXXX
Cargo/Função
Razão Social
Contratada

Testemunhas:



ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

À Prefeitura Municipal de Baianópolis - Bahia

Att.: Pregoeira Municipal

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte escolar, com o fornecimento de veículos, custos com combustível e manutenção da frota contratada, para atender os alunos da rede municipal de ensino e os de classe especial da rede Pública Municipal.

A _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b) Declara atendimento ao disposto no edital e sob as penas da Lei, que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências futuras.

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

d) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

e) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

f) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município.

h) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

i) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2009, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018



(Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

l) Não celebrou, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Local e data

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



V - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

_____(Nome da Licitante)_____, CNPJ nº _____,
Sediada _____ por
Intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a)
da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, para os fins de
Participação no Pregão Eletrônico Nº xx/2026, apresenta a seguinte proposta de preços:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte escolar, com o fornecimento de veículos, custos com combustível e manutenção da frota contratada, para atender os alunos da rede municipal de ensino e os de classe especial da rede Pública Municipal.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	KM DIA	QTD/ANO	VRL. UNIT	VRL.TOTAL
1							
2							
3							
4							
5							
6							
VALOR TOTAL							

Declaro que nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita aquisição do objeto da licitação. Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao credenciamento em pauta.

Outrossim, declara que:

- Esta proposta compreende todas as despesas diretas e indiretas, tais com: mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços;
- Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data final prevista para sua entrega;
- Que os serviços serão executados no prazo de cada lote do [prazo do edital] meses, a contar da emissão da ordem de serviço;
- Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital;
- Declaramos que os serviços serão executados em conformidade com a planilha de quantitativos e preços do Órgão Solicitante, especificações e demais elementos.

Local e data

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL